

INTERNATIONALI NEGOTIA
DIRETORIA ACADÊMICA
SUBSECRETARIA INTERNACIONAL

IAGO TORRES DA ROCHA
DÉBORA JACINTHO DE FARIA

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS
A SITUAÇÃO CONCERNINDO O IRAQUE
&
NÃO-PROLIFERAÇÃO (REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ)



MODELO INTERNACIONAL DO BRASIL

BRASÍLIA - DF
2023

INTERNATIONALI NEGOTIA
EDITORA
SUBSECRETARIA INTERNACIONAL

IAGO TORRES DA ROCHA
DÉBORA JACINTHO DE FARIA

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS
A SITUAÇÃO CONCERNINDO O IRAQUE
&
NÃO-PROLIFERAÇÃO (REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ)

BRASÍLIA - DF
2023

CARTA DO SECRETARIADO

Caros delegados,

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos que acessaram este material de apoio. É uma honra poder oferecer recursos que possam auxiliá-los em suas jornadas e preparações para debates tão enriquecedores como este.

Agradecemos por dedicarem seu tempo e esforço na busca pelo conhecimento e no aprimoramento de suas habilidades como delegados. Sabemos que a participação em uma simulação requer um comprometimento significativo, e é por isso que estamos comprometidos em fornecer materiais relevantes para suas necessidades.

Agradecemos também por fazerem parte da grande comunidade de entusiastas dentro do mundo das simulações. É inspirador ver o comprometimento e a paixão que os senhores têm pela diplomacia, pelo debate construtivo e pela busca de soluções para os desafios globais. Continuem a se envolver ativamente, a compartilhar suas ideias e a colaborar com seus colegas delegados.

Mais uma vez, obrigado por sua dedicação e por fazerem parte de tudo isso. Desejamos a todos muito sucesso em suas futuras simulações e que suas participações sejam marcadas por aprendizado, crescimento pessoal e conexões significativas.

Atenciosamente,

O Secretariado.

RESUMO

O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) é um dos seis principais órgãos da Organização das Nações Unidas (ONU). Como o seu principal objetivo é garantir a paz e a segurança internacionais, o estudo de seu escopo e a simulação do comitê envolvem bastante a pesquisa e o entendimento da política externa dos países e segurança internacional. Os delegados irão vivenciar o contexto internacional atual no oriente médio, tomando medidas que poderão mudar o rumo da região.

Após a invasão do Iraque em 2003, o país vivencia crises de estabilidade consecutivas que enfraquecem as instituições governamentais e permitem que o Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIL) conquiste mais territórios iraquianos, promovendo genocídios e desrespeitos aos Direitos Humanos. Já a questão da proliferação nuclear iraniana encontra avanços grandiosos para a segurança internacional, contudo, fiscalizações e definição dos termos das negociações são necessários para resolução final dessa questão.

ABSTRACT

The United Nations Security Council (UNSC) is one of the six principal organs of the United Nations (UN). As its main objective is to ensure international peace and security, the study of its scope and the committee simulation involve enough research and understanding of foreign countries and international security. Delegates will experience the current international context in the Middle East, taking measures that could change the course of the region.

After the invasion of Iraq in 2003, the country experiences crisis consecutive stabilities that weaken government institutions and allow the Islamic State of Iraq and the Levant (EIIL) conquer more territories Iraqis, promoting genocide and disrespect for human rights. Already the question of Iranian nuclear proliferation is grandiose advances to international security, however, inspections and defining the terms of the negotiations are necessary for final resolution of this issue.

SUMÁRIO

1 Histórico e Escopo do comitê _____	3
2 A Situação concernindo o Iraque _____	4
2.1 Histórico do Conflito _____	4
2.2 Atualidades _____	6
3 Não-Proliferação _____	7
3.1 A Questão Nuclear Iraniana _____	7
3.2 Atualidades _____	8
4 Referências _____	12
ANEXO I - Posicionamento de Países _____	13

1 Histórico e Escopo do comitê

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada com a responsabilidade de nunca mais sucumbir ao flagelo da guerra e garantir os direitos fundamentais da humanidade. Disposta a proteger os direitos humanos, a igualdade entre todas as nações e a paz, seis comissões foram criadas: a Assembleia Geral, o Conselho Econômico e Social, o Tribunal Internacional de Justiça, a Secretaria e o Conselho de Segurança (NAÇÕES UNIDAS, 2013). Aprendendo com os erros cometidos pela Liga das Nações, que não conseguiu impedir a Segunda Guerra Mundial, a ONU vem preservando com sucesso o mundo de uma terceira guerra mundial.

Sendo responsável pela manutenção de mais de 117 mil funcionários atuando em 16 missões diferentes em todo o mundo, o exercício do trabalho de militares, polícias, observadores internacionais e empregados civis, classificado como o segundo maior contingente militar distribuído em todo o mundo, as Nações Unidas estão longe de ser chamado de ator não relevante no contexto internacional (GARCIA, 2013). O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) detém a responsabilidade por todas intervenções internacionais sob o nome da ONU, criando seus termos, autorizando, extinguindo ou renovando seus mandatos. Como indicado no capítulo V da Carta da Organização das Nações Unidas (2013), o objetivo do CSNU é preservar a segurança e a paz internacionais, e, a fim de atingir essa meta, todos os membros das Nações Unidas concordam em aceitar e seguir suas decisões.

A composição do comitê é de quinze membros das Nações Unidas, em que cinco são permanentes e dez assentos são rotativos. Os cinco membros permanentes, ou simplesmente P5, são a República da China, a França, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)¹, o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e os Estados Unidos da América. Desde

¹ A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas era um membro original da Organização das Nações Unidas de 24 de outubro de 1945. Em uma carta datada de 24 de dezembro de 1991, Boris Yeltsin, o presidente da Federação da Rússia, informou o secretário-geral de que o assento da União Soviética no Conselho de Segurança e todos os outros órgãos das Nações Unidas seria passado Federação Russa, com o apoio dos 11 países membros da Comunidade de Estados independentes.

que a Carta da ONU não foi revisada, os nomes da República da China e da União Soviética não foram alterados para a República Popular da China e a Federação Russa. Os outros dez membros são eleitos pela Assembleia Geral, seguindo os critérios de dois países da América Latina e do Caribe, dois para a Ásia, três para a África, um para a Europa Oriental e dois para a Europa Ocidental e outros locais. Contra o senso comum, a Carta nunca menciona o poder de veto para o P5 explicando apenas que as "decisões do Conselho de Segurança em todos os outros assuntos, serão tomadas pelo voto afirmativo de nove membros, incluindo os votos dos membros permanentes" (NAÇÕES UNIDAS, 2013), permitindo assim a abstenção de um P5.

Com o dever de determinar as ameaças à paz, ruptura da paz e atos de agressão, o Conselho de Segurança precisa de regras de procedimento dinâmicas o suficiente para lidar com situações inesperadas, ou, citando os membros do P5: “mestre de seu próprio procedimento” (GARCIA, 2013). Desde 1946, as regras do UNSC são provisórias, o que significa que elas podem ser suspensas ou modificadas à necessidade. As decisões da comissão podem ser feitas de três maneiras, com uma resolução, uma declaração presidencial ou uma declaração à mídia (*idem*, 2013). A resolução exige termos de negociações longas, o que pode levar meses; a declaração presidencial é adotada por consenso e por consulta informal, sendo lida pelo presidente e a declaração à mídia é adotada por consenso e lida em reunião pública para os jornalistas.

2 A Situação concernindo o Iraque

2.1 Histórico do Conflito

O Iraque foi invadido em março de 2003 por uma coalizão militar multinacional, liderada pelos Estados Unidos da América (EUA), dando início à chamada Segunda Guerra do Golfo. O principal motivo apontado pelos chefes de Estado dos EUA, Reino Unido e seus apoiantes foi de que o Iraque estava desenvolvendo armas de destruição maciça, o que seria uma ameaça à segurança mundial. Além disso, os norte-americanos também apontavam a existência de ligações entre o líder iraquiano Saddam Hussein e a Al-Qaeda. Porém, não

foram encontradas provas de nenhuma ligação substancial à Al-Qaeda ou armas de destruição em massa.

Desde a invasão pelos Estados Unidos em 2003, o Iraque tem vivido em profunda crise. A guerra derrubou a ditadura de Saddam Hussein, mas faltou planejamento para operações de estabilidade e a criação de um governo eficaz e unitário falhou, gerando um cenário de turbulências e instabilidade. Em 2010, o país passou por eleições, mas esta dividiu ainda mais a nação, ao invés de consolidar uma democracia estável. O governo tem se mostrado ineficiente e as divisões sectárias entre xiitas e sunitas têm crescido, assim como as separações étnicas entre árabes e curdos.

Em 2007, os EUA mudaram sua abordagem em relação ao Iraque e buscaram criar um país não dependente de ajuda iraniana, para que estivesse ligado a uma parceria estratégica com os interesses americanos. Aponta-se que os Estados Unidos tinham o objetivo de ajudar os iraquianos a construir um estado unificado e capaz de se defender de extremistas e insurgentes. Porém, não houve sucesso no cumprimento dessa meta. As tropas americanas se retiraram do território americano em dezembro de 2011 e melhoras na estabilidade do país não foram percebidas. A violência decorrente das divisões étnicas e grupos insurgentes continuam a impedir o desenvolvimento de um governo estável. O Estado continua frágil, com fraca estabilidade política e econômica.

No entanto, a violência é mais um sintoma do que uma causa dos problemas do país. A crise de segurança está atrelada ao desequilíbrio estrutural e à fragmentação do Iraque, sendo que as divisões entre sunitas e xiitas continuam sendo uma das principais fontes de tensão. Após as eleições de 2010, a instabilidade aumentou ainda mais. A comunidade xiita do Iraque assumiu o controle de recursos de petróleo e gás, forças de segurança e outros instrumentos de autoridade do Estado. Os sunitas reagiram com protestos e a violência cresceu. A partir de 2013, ataques terroristas passaram a acontecer mais frequentemente.

Outro foco de conflito no Iraque é a divisão entre árabes e curdos. Os curdos são um povo com sua própria história, língua, cultura, etnia e todos os atributos de nacionalidade. Contudo, foram divididos nos territórios do Iraque, Turquia, Síria e Irã. No Iraque, desde 1918 procuram autonomia e independência. O Governo Regional do Curdistão (GRC) é o órgão de

decisão oficial da região predominantemente curda do norte do Iraque, referida como Curdistão Iraquiano ou do sul do Curdistão. Os antagonismos entre o GRC e os iraquianos cresceram a partir de 2004, com disputas sobre o controle do território, o nível de autonomia para o GRC, o controle das forças de segurança e a repartição das receitas de exportação de petróleo do Iraque.

Ademais, cresceram as forças do Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIIL), que é uma organização de orientação sunita composta de diversos grupos terroristas, como a Al Qaeda. Os conflitos internos iraquianos se transformaram em guerra civil no início de 2014, quando entre janeiro e junho de 2014, forças do EIIL assumiram o controle de pelo menos 70% da Província de Anbar, incluindo as cidades de Fallujah, Al Qaim, Abu Ghraib e parte de Ramadi, durante a campanha de Anbar. O exército iraquiano tentou uma ofensiva na região, mas o EIIL estava muito resistente. Diante da instabilidade no Iraque, os curdos anunciaram um referendo popular por independência. O governo iraquiano rejeitou a possibilidade e a Turquia também expressou preocupações.

Os combates no final de 2014 ficaram cada vez mais brutais. Os Estados Unidos, a França e o Reino Unido intensificaram suas investidas, mas mesmo assim o Estado Islâmico retrocedeu muito pouco. Em 2015, o exército iraquiano teve alguns sucessos iniciais, com a libertação da cidade de Tikrit em abril. Porém, o EIIL conseguiu se manter na ofensiva em algumas frentes e em meados de maio a cidade de Ramadi foi finalmente tomada pelo grupo.

2.2 Atualidades

Conflitos armados e atos de terrorismo continuam a devastar o povo iraquiano. Em 2014, pelo menos 12.000 civis foram mortos e mais de 23.000 feridos, sendo que somente em janeiro, houve mais de 2.200 vítimas civis, incluindo 790 mortos e cerca de 1.500 feridos. A situação se agravou com a guerra civil da Síria. Os sunitas iraquianos simpatizam com os rebeldes sírios, que em sua maioria também são sunitas.

As Nações Unidas expressaram grande preocupação com a atual situação de segurança no Iraque, como resultado de uma ofensiva em grande escala conduzida por grupos terroristas,

em especial o Estado Islâmico. Tais ofensivas envolvem violações dos direitos humanos, pesadas baixas de civis, incluindo mulheres e crianças, violações aos direitos das mulheres, ameaças contra grupos religiosos e étnicos, ameaças para a segurança de jornalistas e demais profissionais da comunicação.

A ONU condena esses ataques perpetrados por terroristas e grupos armados associados contra o povo iraquiano e reitera o seu compromisso com a segurança e integridade territorial do Iraque. A presença do EIIL no território soberano do Iraque é uma grande ameaça ao futuro deste país. A solução a longo prazo para a instabilidade vai exigir a liderança política do Iraque para tomar decisões que unifiquem o país, enfatizando a importância de a comunidade internacional apoiar o Iraque.

Afirma-se a importância da Missão de Assistência das Nações Unidas para o Iraque (MANUI) no aconselhamento, apoio e auxílio ao povo iraquiano, incluindo a sociedade civil e o governo para fortalecer as instituições democráticas, avançar o diálogo político e a reconciliação nacional, facilitando o diálogo regional. O mandato da MANUI foi prorrogado até 31 de julho de 2016.

3 Não-Proliferação

O Tratado de Não Proliferação (TNP) é um tratado internacional que tem como principais objetivos evitar a propagação de armas nucleares e de tecnologia de armas de destruição em massa. Promovendo a cooperação entre as nações para o uso pacífico da energia nuclear, o tratado pretende alcançar o desarmamento nuclear geral e completo.

Em 1968, o TNP foi criado e entrou em vigor dois anos depois, assinado por 187 países, incluindo os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Sendo o acordo de limitação de armas nucleares e desarmamento mais ratificado do mundo, esse representa um dos compromissos mais importantes para a segurança da comunidade internacional.

O tratado estabelece sistemas de salvaguardas que, sob responsabilidade da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), alcança a meta da não-proliferação e age como uma medida de construção de confiança entre os Estados. Inspeções realizadas pela AIEA são utilizadas para verificar a conformidade dos países que assinaram o Tratado. Além disso, o TNP incentiva a colaboração internacional para os avanços no campo da tecnologia nuclear para fins pacíficos, bem como promover a igualdade de acesso a esta tecnologia para todos os Estados Membros, enquanto salvaguardas evitam o desvio desta tecnologia para o uso de armas nucleares.

O Protocolo Adicional ao TNP, estabelecido em 1997, é um mecanismo internacional de controle nuclear mais completo e detalhado dos programas nucleares nacionais. Dos 107 Estados que assinaram o protocolo adicional, apenas 73 o ratificaram, os quais se comprometeram em permitir a AIEA investigar com mais liberdade suas usinas nucleares e centros de pesquisa de enriquecimento de urânio. Pela riqueza de detalhes em que o Protocolo permite sondar, alguns países não o ratificaram por acreditar em espionagem industrial e violações da soberania. Contudo, outros acreditam que a ausência de rigor nas averiguações pode incentivar ações clandestinas e a passagem de materiais nucleares para terroristas.

3.1 A Questão Nuclear Iraniana

Em 1941, durante a Segunda Guerra Mundial, o Xá do reino do Irã, Reza Pahlavi, foi forçado por uma invasão britânica e soviética para abdicar do trono em favor de seu filho, Mohammad Reza Pahlavi, que era mais favorável aos ideais ocidentais que seu pai. O programa nuclear do Irã foi lançado na década de 1950 com a ajuda dos Estados Unidos como parte do programa Átomos para a Paz. O apoio, incentivado e com participação norte americana e dos governos europeus ocidentais continuou até 1979.

A oposição ao Xá cresceu no Irã, principalmente porque ele era visto como um ditador que foi encarregado pelas potências ocidentais não muçulmanas e estava defendendo interesses desses poderes, em vez dos de seu próprio povo. Além disso, houve muitos relatos de opressão, brutalidade policial e corrupção durante o reinado do Xá. Em 1979, liderados

pelo líder religioso exilado Ayatollah Khomeini, a revolução iraniana começou. Em 16 de janeiro de 1979, o Xá do Irã fugiu do país e, menos de um mês depois, o aiatolá retornou ao país e iniciou o processamento e execução de apoiadores do Xá. Em março do mesmo ano, um referendo nacional foi organizado para decidir se o Irã se tornaria uma República Islâmica. Depois de ser vitorioso no referendo, o aiatolá Khomeini declarou o Irã uma República Islâmica com uma nova constituição que iria refletir os ideais do Corão e renunciar à influência ocidental. Além disso, o aiatolá declarou-se o líder espiritual supremo.

Depois de chegar ao poder nas eleições de 2005, o presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, o sexto eleito presidente do Irã desde a revolução, renovou o programa de enriquecimento de urânio do Irã, que tinha sido posto em espera nos últimos 25 anos. Sustentando que qualquer enriquecimento era puramente para fins de pesquisa de energia, o Irã foi bem-sucedido na criação de urânio puro o suficiente para ser usado em uma reação nuclear sustentada no início de 2010.

3.2 Atualidades

O programa nuclear do Irã está no centro de uma supervisão internacional polêmica nos últimos anos. Devido a preocupações do Diretor Geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) aos fins e pouca transparência do desenvolvimento nuclear iraniano, o CSNU aprovou em 2006 a resolução 1737. Essa resolução proibiu o desenvolvimento nuclear e restringiu as transferências e contribuições tecnológicas de outros países para o Irã.

Devido à recusa do governo iraniano em congelar seu programa e recusar o acesso dos observadores a suas instalações, mais três conjuntos de sanções foram aprovadas pelo Conselho de Segurança da ONU, resoluções 1747 (2007), 1803 (2008) e 1929 (2010).

A resolução 1747 visou a restrição da venda de tanques de batalha, veículos blindados de combate, grandes sistemas de artilharia de grosso calibre, aviões de combate, helicópteros de ataque, navios de guerra, mísseis ou sistemas de mísseis, e no fornecimento ao Irã de qualquer assistência técnica ou treinamento, assistência financeira, investimento, corretagem ou outros serviços, bem como a transferência de recursos financeiros ou serviços, relacionados

ao fornecimento, venda, transferência, fabricação ou utilização de tais itens, a fim de evitar uma acumulação desestabilizadora de armas.

Ademais, foi decidido o estabelecimento um Comitê do Conselho de Segurança, composto por todos os membros do Conselho, para realizar as seguintes tarefas: solicitar a todos os Estados, em particular os da região e aqueles produtores dos itens, materiais, equipamentos, bens e tecnologia proibidos, medidas para implementar suas restrições para o Irã e quaisquer outras informações que possam ser consideradas úteis neste respeito; promulgar diretrizes que possam ser necessários para facilitar a implementação das medidas impostas pela resolução 1347 e incluir em tais orientações sobre a exigência de Membros a prestar informações sempre que possível por que motivo quaisquer indivíduos e/ou entidades cumprem os critérios informação de identificação; buscar a partir do secretariado da AIEA informações sobre as ações tomadas pela AIEA para implementar efetivamente as medidas impostas e quaisquer outras informações que se considere útil a este respeito; examinar alegações de violações das medidas impostas e agir em conformidade com a violação; promulgar diretrizes que possam ser necessários para facilitar a implementação das medidas impostas pela resolução 1347 e incluir em tais orientações sobre a exigência de Membros a prestar informações sempre que possível por que motivo quaisquer indivíduos e/ou entidades que facilitem o acesso do Irã a esses itens; e relatar pelo menos a cada 90 dias ao Conselho de Segurança sobre o seu trabalho e sobre a aplicação da resolução, com as suas observações e recomendações.

A resolução 1803 reafirmou a necessidade de o Irã seguir as recomendações da AIEA, essenciais para a construção da confiança internacional em seu programa nuclear. Foi também aumentado o controle de pessoas designadas pelo Conselho de Segurança ou pelo comitê como estando envolvidos, diretamente associados ou prestando apoio à proliferação de atividades nucleares sensíveis do Irã, para o desenvolvimento de sistemas vetores de armas nucleares, através da participação na aquisição de itens, bens, equipamentos, materiais e tecnologia proibidos.

A resolução 1929, reconhecendo a falha do Irã em seguir as recomendações estabelecidas pela AIEA, demandou que o Irã assine o Protocolo Adicional do TNP; restringiu

a construção de novas usinas nucleares; proibiu o investimento internacional em qualquer território controlado pelo Irã; proibiu qualquer atividade relacionada a mísseis balísticos capazes de transportar armas nucleares, incluindo lançamentos usando tecnologia de mísseis balísticos. Reforçou ainda que os Estados devem tomar todas as medidas necessárias para impedir a transferência de tecnologia ou assistência técnica ao Irã relacionadas a tais atividades; e atividades bancárias.

O programa nuclear iraniano começou em 1970, ainda no regime do xá, com o apoio dos Estados Unidos da América e da Europa. Após a Revolução Iraniana, em 1982, o governo criou um centro de tecnologia nuclear, a apenas três anos antes da descoberta de minas de urânio no território. Mesmo com os mais altos níveis de gás e petróleo de reserva, o Irã sofre de deficiências de energia, principalmente pela falta de experiência das refinarias de petróleo. Justificando a necessidade de diversificação da matriz energética. No entanto, os países ocidentais afirmam que não é a razão, como um exportador mundial de petróleo, o Irã tem mais de energia suficiente a partir do petróleo e do programa nuclear são completamente para uso militar.

O governo do Irã afirma que seu programa nuclear é sem dúvida pacífico e que a pressão internacional é baseada na desconfiança política e não em fatos. O enriquecimento de urânio iraniano real não passa a taxa de 5%, longe dos 90% necessários para construir uma bomba nuclear. Como signatário do Tratado de Não Proliferação (TNP), o Irã afirma respeitar o protocolo determinado pela AIEA, e que não há necessidade de novas preocupações com o programa nuclear iraniano. No entanto, os Estados Unidos da América afirmavam que apenas sendo um dos signatários do TNP não é suficiente para provar a inocência do país. De acordo com os EUA, o Irã precisa aderir ao protocolo adicional de NTP, o que dá mais poderes de investigação à AIEA. No entanto, o Irã afirma que tal demanda é uma operação de cobertura para uma espionagem industrial, recusando-se a uma investigação mais detalhada de seu programa nuclear, ampliando a suspeita internacional.

Em 2003, a AIEA confirmou que há 18 anos o Irã tem um programa nuclear paralelo. Estas suspeitas sobre o Irã levaram o CSNU a aprovar várias sanções, impedindo o governo do Irã de comercializar armas, de realizarem intercâmbio de tecnologia de mísseis, entre

outras. Devido às sanções, o Irã tem proibido novas inspeções da AIEA e são colocadas mais dúvidas sobre o projeto nuclear.

O programa nuclear iraniano, segundo a AIEA, é uma questão técnica simples que deve ser estudada e resolvida por um braço da agência. No entanto, para as ações políticas e ideológicas, tem crescido uma crise grave e complexa. Através de mal-entendidos, desconfiança e hostilidade pela comunidade internacional e pelos membros da AIEA, o Irã tem ficado mais propensos a não cooperar com o regime internacional da energia nuclear.

Em 2015, reuniões trimestrais ao longo do ano com o presidente do Comitê de Sanções estabelecido pela resolução 1737 (2006) sob o item de agenda não-proliferação, os delegados do CSNU expressaram a esperança sobre as afirmações do governo iraniano da natureza pacífica de seu programa nuclear e a plena cooperação com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Percebeu-se resultado das conversações em curso entre o país e o P5 + 1 (China, França, Rússia, Estados Unidos e Reino Unido, mais a Alemanha). Ao mesmo tempo, a maioria sublinhou que até foi alcançado um acordo, e era essencial para todos os Estados Membros para dar cumprimento às medidas em vigor. Nesse contexto, o presidente continuou a apresentar um relatório sobre a cooperação e as violações, incluindo a possível aquisição de fibras de carbono proibidas e a exportação de armas por um navio interceptado no Mar Vermelho em abril de 2015 que transportava foguetes e outras armas convencionais. O Irã, no entanto, não respondeu à carta do Comitê sobre os dois incidentes. Em 9 de junho, por meio da resolução 2159 (2014), o Conselho prorrogou o mandato do Grupo de Peritos que assumiu a Comissão até 9 de julho de 2015.

Os membros do Conselho congratularam-se com o acordo provisório (Plano de Ação Conjunta) de 24 de novembro de 2014, e os progressos realizados no diálogo com a Agência Internacional de Energia Atômica, embora salientando que ainda há muito a ser feito antes de atingir o objetivo de um acordo global e final.

4 Referências

SOARES Cláudio. Irã no Centro da Polêmica Nuclear. **Guia do Estudante: Atualidades Vertibular + ENEM 2011**, São Paulo, pp. 34-40, 2011.

INTERNATIONAL ATOMIC ENERGY AGENCY (IAEA). **Iranian Nuclear Policy & Activities Complementary Information to the Report of the Director General**. 2005. Disponível em <<http://www.iaea.org/Publications/Documents/Infcircs/2005/infcirc657.pdf>>, acesso em 10 de Outubro de 2015.

NAÇÕES UNIDAS. **The Security Council**. Disponível em <<http://www.un.org/en/sc/>>, acesso em 10 de Outubro de 2015.

_____. Disponível em <<http://www.un.org/News/Press/docs/2013/sc10932.doc.htm>>, acesso em 10 de Outubro de 2015.

_____. **Security Council Resolutions**. Disponível em <<http://www.un.org/en/sc/documents/resolutions/>>, acesso em 10 de Outubro de 2015.

_____. Disponível em <<http://www.un.org/en/sc/documents/resolutions/>>, acesso em 10 de Outubro de 2015.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Conselho de Segurança das Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 2013.

ANEXO I - Posicionamento de Países

Grupos Regionais das Nações Unidas

Tipos de Membros	África	América Latina e Caribe	Ásia-Pacífico	Europa Ocidental e Outros	Europa Oriental
Membros Permanentes (P5)			China	Estados Unidos da América	Rússia
				França	
				Reino Unido	
Membros Rotativos (Fim do Mandato)	Angola (2016)	Venezuela (República Bolivariana da) (2016)	Malásia (2016)	Espanha (2016)	Ucrânia (2017)
	Egito (2017)	Uruguai (2017)	Japão (2017)	Nova Zelândia (2016)	
	Senegal (2017)				
Membros Observadores	Chade	Brasil	Iraque	Turquia Alemanha Portugal Bélgica	Lituânia
	Nigéria	Chile Colômbia	Irã		
			Jordânia		
			Síria Arábia Saudita		

Membros Permanentes: O CSNU é composto de 5 Membros permanentes, os P5, que possuem o poder de vetar uma resolução caso votem contrários a ela.

Membros Rotativos: São eleitos pela AGNU para participarem com poder de voto pelo mandato de dois anos no CSNU.

Membros Observadores: São Membros que são convidados a participar da reunião pelo CSNU para contribuir com as negociações devido a sua importância política sobre o tópico.

1 África

Angola

Angola, juntamente com outros países africanos, está fornecendo apoio incondicional no combate ao Estado Islâmico. Acredita que a luta contra os grupos terroristas não pode ser travada apenas através de ação militar em larga escala, mas também se concentra nas causas da crise iraquiana. É necessário combinar ações políticas, militares e ideológicas, com estratégias de coalizão internacional. Assim, a comunidade internacional tem que agir em solidariedade e de forma coordenada de forma a ajudar o Iraque a ter um governo estável e próspero.

A Angola compreende a natureza sensível de alguns dos temas que estão sendo discutidos por ambos os lados no processo de negociação, e esperamos que os debates sejam capazes de encontrar formas que abordem as preocupações tanto iranianas quanto aquelas expressas pelo E3 + 3 sobre maneiras de melhorar o regime inspeções e assegurar que o Irã aborde questões sobre suas atividades nucleares passadas. No entanto, reforça que o governo persa tem que trabalhar lado a lado com a Agência Internacional de Energia Atômica (AEIA) e as definições do Plano de Ação Conjunta para garantir a reinserção do país na comunidade internacional sem sanções.

Egito

As relações do Egito com o Iraque foram rompidas em 1990, mas nos últimos anos tem melhorado, sendo hoje um dos seus principais parceiros comerciais. Em relação à intervenção militar, os egípcios ainda estão discutindo o envio de tropas terrestres. O país encontra-se em uma posição ainda relativamente instável, desde a ascensão de Hosni Mubarak em 2011. Além disso, o Egito tem preocupações com a segurança, devido à proximidade de fronteiras com as áreas de atividade do Estado Islâmico.

Senegal

O Senegal tem uma longa experiência em participar de operações de paz lideradas pela ONU. Dentre as 25 operações que contaram com participação do exército senegalês, inclui-se missões no Iraque. Promover a paz e a estabilidade política é o primeiro pilar da política externa senegalesa. A delegação manifesta vontade de aumentar sua visibilidade no cenário mundial e compete por liderança regional na África

Chade

O Chade incentiva que a comunidade internacional e os países das regiões de conflito devem incentivar o fomento de condições propícias ao diálogo. As crises de instabilidade governamental são propícias para a propagação de grupos terroristas. A solução, dessa forma, de acordo com a delegação do Chade, é superar as diferenças entre os parceiros, demonstrar flexibilidade e contribuir para o processo de paz.

A delegação do Chade congratula o prosseguimento das negociações entre o Irã e o P5 + 1 no âmbito do Plano de Ação Conjunta. Reitera que a República Islâmica do Irã tem o direito de desenvolver uma indústria de energia nuclear civil e que, em caso de um acordo final, todas as sanções das Nações Unidas contra o Irã devem ser abolidas.

Nigéria

A Nigéria afirma que os grupos terroristas são as maiores ameaças à paz e segurança internacionais. A delegação condena os ataques e ressalta que não há justificativa para tais crimes. A situação exige medidas urgentes da comunidade internacional e o país convoca uma intensificação da luta contra o EIIL e outros grupos terroristas, sendo que os responsáveis devem ser levados à justiça.

O país continua a acompanhar e encorajar as negociações entre os Estados Unidos e o Irã, juntamente com os acordos junto ao P5+1 na elaboração de uma solução abrangente das

questões nucleares. A Nigéria acredita que é do interesse de todos manterem-se focados, construtivos e comprometidos com as negociações.

2 América Latina e Caribe

Venezuela (República Bolivariana da)

A República Bolivariana da Venezuela rejeita a prática de atos terroristas em todas as formas e manifestações, independente de motivações. O terrorismo é uma violação do direito internacional, sendo ataques deliberados contra a paz e a segurança globais. A delegação ainda ressalta não haver diferenças entre bons ou maus terroristas. É necessário um esforço conjunto e coordenado dos membros do Conselho de Segurança em relação a essa questão.

A Venezuela reafirma o direito soberano da República do Irã ao uso pacífico de energia nuclear. Reiteram, portanto, que o Artigo IV do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que estipula o direito inalienável de todas as partes de continuar com a pesquisa, produção e utilização de energia nuclear para fins pacíficos, sem qualquer discriminação, deve ser plenamente respeitado.

Uruguai

O Uruguai é considerado um país mediador em instituições internacionais, contribuindo em operações de paz das Nações Unidas no mundo (é um dos países que mais contribui, per capita, com essas missões). É parceiro dos Estados Unidos, tendo recebido treinamento para desenvolver a habilidade de proteção de civis durante missões e redução da necessidade do uso da força.

Brasil

A delegação brasileira condena fortemente os atos terroristas perpetrados contra o Iraque pelo Estado Islâmico, bem como seu envolvimento nas mortes e deslocamentos forçados de contingentes do povo iraquiano. O país apoia os esforços das forças iraquianas no combate aos grupos terroristas, enfatizando a condenação a todas as práticas que possam ameaçar a integridade territorial do Iraque. Ademais, suporta os esforços do governo para alcançar a unidade nacional entre os povos do país.

Chile

A delegação do Chile acredita que o diálogo político é a única solução para conflitos como os do Iraque. Apoiam também os esforços do governo russo de tentar convocar um diálogo de paz em que vários grupos de oposição foram convidados. O Chile reitera ainda sua condenação a qualquer violência a civis, especialmente a mulheres e crianças. Além disso, uma das prioridades é a permissão ao acesso de ajuda humanitária enviada para mitigar os efeitos da violência.

O Chile insiste para que o Irã prossiga em cooperação com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Além disso, a delegação tomou nota do último relatório sobre a implementação do acordo de salvaguardas no âmbito do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e as disposições pertinentes das resoluções do Conselho de Segurança sobre o Irã. Apreciam, então, o apoio da AIEA no monitoramento e verificação das medidas voluntárias do Plano de Ação Comum.

Colômbia

A Colômbia acredita que o diálogo contribuirá para a resolução do conflito e expressa sua rejeição a todo tipo de atentado terrorista, assim como a violência contra a população. Quer manter uma relação com o país sabendo que os países do oriente médio procuram o apoio

internacional, está disposto aos diálogos bilaterais revisitando os temas de interesse. A Colômbia ainda quer aproximar-se de acordos bilaterais com a República Islâmica que ajudem aos diálogos e discussões estratégicas.

3 Ásia-Pacífico

China

A delegação chinesa reforça que a comunidade internacional deve apoiar o Iraque em seu processo de reformas políticas, sobretudo em ajudar o país no combate à pobreza, ao extremismo e à violência. A China também defende a oposição e o combate a todo tipo de terrorismo, respeitando os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e as normas básicas que regem as relações internacionais. Além disso, reforça que a comunidade internacional deve reconhecer a interação entre as questões do Iraque e questões da Ásia Ocidental e Norte da África.

A China tem mediado ativamente o processo de negociação sobre a questão nuclear iraniana, ao jogar um papel construtivo em tais questões-chave como a modificação do reator de água pesada de Arak. Contudo, o país defende que todas as partes têm a obrigação de implementar as resoluções do Conselho de Segurança sobre sanções contra o Irã de maneira séria, precisa e abrangente. Mas lembra que as sanções não são o objetivo das resoluções do Conselho de Segurança e que as atividades do Conselho devem servir a todos os esforços destinados a alcançar uma solução negociada para a questão nuclear do Irã.

Japão

A delegação japonesa defende o desenvolvimento autossustentável e o processo de reconstrução do Iraque. O Japão demonstra preocupação com os recentes ataques terroristas que causaram muitas vítimas civis. Dessa forma, afirma seu posicionamento de que o

terrorismo não pode ser justificado por qualquer motivo e manifesta solidariedade com o Governo do Iraque e espera novos progressos na reconciliação nacional através de um processo político pacífico.

Malásia

Os líderes da Malásia têm frequentemente identificado medidas da política externa norte-americana que afetam o mundo muçulmano, em especial a invasão do Iraque, o apoio inconstitucional a Israel e a guerra no Afeganistão. Esses fatores, segundo a delegação, seriam as principais causas do terrorismo, não sendo apenas responsabilidade do desenvolvimento do Iraque. O país conta com aparato de segurança interna, mas tem preocupações se tais medidas seriam suficientes para conter ameaças terroristas iminentes.

A Malásia é da opinião de que as negociações entre o P5+1 e o Irã constituem um desenvolvimento importante nos esforços para promover a paz, segurança e estabilidade tanto regionais quanto internacionais. O empenho e a flexibilidade demonstrados por todas as partes em chegar a um acordo inicial constituem passos positivos no sentido da não-proliferação e da segurança nuclear, especialmente tendo em vista as longas e difíceis negociações que tomaram lugar por quase dez anos.

Iraque

A delegação do Iraque apela aos Estados-Membros do CSNU a apoiar o plano de resposta humanitária para o Iraque e para trabalhar juntamente ao governo do país em assistência às vítimas do terrorismo. O Iraque atribui grande importância ao trabalho da Missão de Assistência das Nações Unidas para o Iraque (MANUI) e se propõe contribuir no apoio aos refugiados e pessoas deslocadas internamente, a promover os direitos humanos – incluindo os de jovens, crianças e mulheres, e as reformas judiciais e legais do país. Em relação à violência contra as mulheres, foi estabelecida uma unidade dentro do Ministério dos Direitos Humanos para acompanhar as ocorrências no país. Além disso, propõe a discussão

com o Kuwait para a criação de um fundo de emergência para apoiar a reconstrução de áreas afetadas por ataques terroristas.

Irã

O Irã tem procurado ampliar os programas de cooperação bilateral com o Iraque. Além disso, o país participa de um acordo de corredor aéreo e inteligência juntamente com a Rússia e o Iraque, com o objetivo de combater o EIIL. O acesso da Rússia à Síria via Irã e Iraque é essencial para a estratégia de Moscou para o Oriente Médio. Tal acordo teve implicações nas relações dos Estados Unidos tanto com o Irã quanto com o Iraque.

Jordânia

A delegação da Jordânia já havia alertado da possibilidade da propagação da crise síria para além de seu território, em especial para o Iraque. Ressaltam que o clima esteve propício à organização terrorista do EIIL que se aproveitou de vácuos políticos. Para a Jordânia, a luta contra essa organização requer um processo político inclusivo, a fim de restaurar a unidade nacional entre os vários intervenientes na sociedade iraquiana. A delegação apela para todas as forças políticas do Iraque para participar desse processo inclusivo, a fim de preservar a unidade do povo iraquiano. O país ressalta que está trabalhando para ajudar no combate ao terrorismo principalmente cortando suas fontes financeiras.

A Jordânia espera que o acordo contribua para reforçar a confiança e acalmar os receios sobre o programa nuclear iraniano, estabelecer a base para a paz e estabilidade no Oriente Médio e fortalecer o regime de não-proliferação nuclear na região e no mundo. É de extrema importância que o acordo seja plenamente alinhado com todas as normas internacionais, particularmente em termos de segurança física das instalações nucleares, através de um controle exaustivo pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Além disso, também devem ser considerados os impactos sobre as questões ambientais.

Síria

A Síria passa por um conflito interno desde 2011, sendo que em 2013, o Estado Islâmico começou a reivindicar territórios na região. O governo do país ressalta o desejo de continuar cooperando com as Nações Unidas, se comprometendo a garantir assistência aos civis que são vítimas do terrorismo. Salientam ainda a importância de priorizar a luta contra grupos terroristas como o EIIL, com cooperação da comunidade internacional.

Arabia Saudita

A Arabia Saudita tem uma relação conflituosa com o Irã devido a diferenças religiosas. Se preocupa com a possibilidade dos países perderem sua identidade árabe e deixa claro que essa preocupação se deve a influência dos Estados Unidos sobre o território.

O país oferece apoio não somente militar, mas também político, econômico e de inteligência para que a soberania dos países seja respeitada, com objetivo de proteger o próprio território nacional.

4 Europa Ocidental e Outros

Estados Unidos da América

Os Estados Unidos da América defendem que o EIIL representa uma ameaça ao povo iraquiano do Oriente Médio, e que se não for controlado, os terroristas seriam uma ameaça crescente para além da região. A delegação propõe, para eliminar o EIIL, uma coalizão abrangente, incluindo a colaboração entre múltiplas linhas de esforço, além do esforço militar. O país também propõe que se busque parar o fluxo de combatentes estrangeiros que se alistam

ao EIIL e apoia a criminalização do recrutamento. Por fim, os EUA ressaltam a necessidade de combate à propaganda do grupo terrorista.

Após nove anos de sanções e desconfianças, os EUA estão finalizando um acordo sobre a questão nuclear iraniana, a partir de negociações com o P5 + 1 com a República Islâmica do Irã. Embora estejam receosos com sucesso desse acordo e sua eficácia, essas negociações foram aclamadas como históricas pelos norte-americanos.

França

A França afirma que para combater o terrorismo é preciso que o CSNU assuma suas responsabilidades. O país afirma que decidiu assumir fornecendo ajuda humanitária e equipamentos militares, além de responder ao chamado do governo iraquiano para fornecer apoio aéreo. A delegação francesa apoia o processo de trazer unidade ao Iraque e acredita que o sucesso desse processo exige a construção de um Estado estável e pacífico. Em relação à segurança, as prioridades são: apoio militar para o Iraque, bloqueio dos canais de fluxo de combatentes estrangeiros, e drenar os recursos financeiros dos terroristas, provenientes principalmente de derivados de petróleo.

Desde o início, a França tinha uma posição constante e consistente: o Irã tem todo o direito de desenvolver energia nuclear para fins civis, mas não significa que ele deve ser capaz de obter uma arma nuclear. Dessa forma, deve haver uma limitação de longo prazo sobre a capacidade do Irã de realizar pesquisa e desenvolvimento, e um regime de verificação rigorosa, que inclui, quando necessário, instalações militares, conforme já indicado pelo Diretor Geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Isso também envolve a possibilidade de um retorno automático para as sanções em caso de violação dos compromissos por parte do Irã.

Reino Unido

O Reino Unido ressalta a importância da ajuda da comunidade internacional para a estabilidade do Iraque. Afirma que é essencial que os vizinhos do Iraque coloquem suas diferenças de lado para trabalhar juntos e lidar com a ameaça comum. O país se compromete a trabalhar em colaboração com seus aliados e do Iraque para construir apoio internacional para a questão.

O Reino Unido continua empenhado em encontrar uma solução pacífica e duradoura para as negociações acerca da questão nuclear iraniana. Segundo a delegação, é necessário um acordo negociado com o Irã que seja durável e verificável e que aborde as preocupações de proliferação. Esta seria a melhor maneira de impedir o Irã de desenvolver uma capacidade de armas nucleares.

Espanha

A Espanha, alinhada com os interesses dos Estados Unidos, montou uma base estratégica para conter um eventual avanço terrorista na bacia do Mediterrâneo. Além disso, condenou fortemente os ataques terroristas que ocorreram em Iskandariyah no dia 24 de março de 2016, reiterando o apoio espanhol ao povo e às autoridades do Iraque. A delegação afirma que o terrorismo pode ser derrotado através da cooperação internacional e da aplicação dos instrumentos do Estado de Direito.

A Espanha atualmente é a presidente do Comitê estabelecido pela Resolução 1737 (2006), que vem acompanhado as negociações referentes ao Plano de Ação Conjunta, congratulando e mediando as negociações do P5+1 e a República Islâmica do Irã. Embora o Comitê reitere que a principal responsável pela aplicação das disposições das resoluções 1737 (2006), 1747 (2007), 1803 (2008) e 1929 (2010) reside com os Estados-Membros, a Comissão está preparada para facilitar a implementação das medidas.

Turquia

A Turquia espera resolver a questão bilateralmente antes que o Conselho de Segurança tenha que intervir. Como princípios de sua política externa, posiciona-se favorável à inviolabilidade das fronteiras, à preservação da integridade territorial e à unidade política dos Estados. O país está hospedando quase 500 mil refugiados iraquianos e se mostra disponível para continuar enviando ajuda humanitária. Além disso, vai enviar ajuda militar, com treinamento de voluntários iraquianos, mas afirma que não tem intenção de violar a soberania do Iraque, não tendo ambição em seu território, apenas em garantir a segurança nacional e global em cooperação e coordenação com outros parceiros.

Alemanha

A Alemanha reconhece a importância de manter a segurança interna e externa do país, por isso transferiu parte de seus militares, do Iraque a países vizinhos. O país pretende manter uma posição de diálogos para o que for preciso em questão de ajuda diplomática, mas ao lado da influência dos Estados Unidos. Ademais, juntamente aos Estados Unidos da América luta contra o Estado Islâmico, já que segundo as próprias palavras do ministro de relações exteriores, existe uma preocupação com o possível ressurgimento de tropas que possam retomar o conflito.

Portugal

Portugal procura realçar sua participação no cenário internacional para isso, o país acredita que tem que haver um espaço ao CSNU para assumir um papel de liderança no processo e lidar com a importância na gestão dessa crise internacional. O país também valida a atuação dos diálogos diplomáticos, assim como as relações com os Estados Unidos.

Bélgica

A Bélgica foi um dos países que se viu afetado pela crise migratória ocasionada pelo conflito, mas foi defensor do não intervencionismo no Iraque durante a guerra de 2003.

O país acredita que um possível diálogo que consiga permitir que os desacordos sejam amenizados e assim, o país continuará oferecendo o apoio necessário para que a soberania seja respeitada e o terrorismo, seja combatido.

Nova Zelândia

A Nova Zelândia está alinhada aos Estados Unidos e mantém tropas com missão de treinamento no Iraque. O primeiro-ministro John Key afirmou o posicionamento claro do governo de que a contribuição neozelandesa não será alterada. Além disso, foi aberta a Embaixada da Nova Zelândia em Bagdá em maio de 2015, com o objetivo de estreitar as relações entre os dois países.

A Nova Zelândia reconhece os esforços das partes nas negociações entre o P5+1 e o Irã, com fins de fechar um acordo global sobre o programa nuclear. A delegação também reitera o apoio ao processo e espera que as negociações sejam concluídas de acordo com a intenção inicial. Finalmente, encoraja todas as partes envolvidas a sustentar o compromisso e a vontade política necessária para uma solução positiva, pacífica e duradoura.

5 Europa Oriental

Rússia

Para a Rússia, o mais importante é um governo uniforme e estável no Iraque, ativamente envolvido em assuntos internacionais e regionais. A delegação afirma que a imposição de soluções prontas não é eficaz, e que os parâmetros do processo de estabilização do governo iraquiano devem ser acordados pela própria população do Iraque.

A Rússia defende que a chave para uma conclusão bem-sucedida das negociações sobre o desenvolvimento nuclear iraniano é uma implementação precisa e firme dos acordos básicos que foram alcançados no Plano de Ação Conjunta. Dessa forma, a delegação acredita que não há dúvidas de que a obtenção de um acordo e aplicação das medidas esperadas vai resultar em uma revisão profunda do regime de sanções vigente contra o Irã.

Ucrânia

A Ucrânia está em crise desde novembro de 2013, em que o país está dividido entre um lado pró-Rússia e outro pró-União Europeia. Em 2014, o presidente Viktor Yanukovich foi deposto e a Crimeia foi anexada à Federação Russa. Com o aumento do envolvimento russo no combate ao terrorismo do Estado Islâmico, os combates na Ucrânia estão terminando. Há esperanças, então, para a busca de uma solução política duradoura.

Lituânia

A Lituânia reafirmou seu compromisso em trabalhar na coalizão contra o EIIL e outros grupos terroristas. É essencial a tarefa de contraterrorismo, com integração entre a comunidade internacional e as Nações Unidas, de modo a assegurar coesão no combate ao terrorismo, com atenção às ferramentas de alta tecnologia. A delegação ressalta o perigo de tecnologias modernas de comunicação nas mãos de grupos terroristas.

De acordo com a Lituânia, a cooperação do Irã com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) é um elemento-chave para reestabelecer a confiança da comunidade mundial no país. Ademais, o próprio Irã deve cooperar com o Comitê, fornecendo as informações solicitadas durante o curso das investigações. Por fim, salientam a esperança de que as negociações em curso entre o E3+3 e o Irã se traduzirão em uma solução abrangente e verificável, que reforçará a confiança internacional na natureza exclusivamente pacífica do programa nuclear iraniano.